

III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E DE GESTÃO

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

TRÁS-OS-MONTES E DOURO: AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

*Jorge José Figueira**

e-mail: figueira@ipb.pt

RESUMO

O estudo pretende servir de base para a troca de conhecimentos com o intuito de provocar a discussão construtiva no congresso. A questão económica não é mais exclusiva do desenvolvimento, surgindo como essenciais a sustentabilidade ambiental, a equidade social, a capacidade cívica e a eficiência económica. Nesse sentido deverá ir a intervenção do Estado. O estudo revela que as disparidades de desenvolvimento são maiores nas Nut's III da Região Norte de Portugal que nas Províncias de Castela e Leão. Trás-os-Montes e Douro estão na cauda, em termos de desenvolvimento.

Relativamente aos Concelhos de Trás-os-Montes e Douro, Vila Real está a um nível superior aos restantes, surgindo 4 municípios num segundo nível: Bragança, Chaves, Lamego e Régua; Mirandela e Tarouca, com a proximidade de Macedo de Cavaleiros, estão no 3º nível; surgem depois os restantes municípios, à excepção de Carrazeda de Ansiães, Boticas e Vimioso que estão a um nível mais baixo de desenvolvimento. Relativamente a 1991, não há hoje grandes diferenças de desenvolvimento relativo dos diferentes concelhos, sendo de destacar a subida de Bragança e a descida de Peso da Régua.

O estudo termina com algumas considerações e recomendações sobre o modo como se deverá elaborar um plano estratégico de desenvolvimento que envolva os actores da região e de fora que com esta estejam relacionados de algum modo.

* Prof. Adjunto do Departamento de Economia e Gestão da Escola Superior de Tecnologia e de Gestão/Instituto Politécnico de Bragança.

I- INTRODUÇÃO

A realização de um congresso que tem como objectivo encontrar soluções para o desenvolvimento de Trás-os-Montes e Douro é, só por isso, um acontecimento importante. No entanto, não será mais que isso se, seguindo outros acontecimentos similares, se ficar pelos diagnósticos repetitivos e pelas orientações estratégicas saídas como um coelho da cartola de qualquer mágico da nossa praça.

Com este estudo, pretende-se fugir à tentação de quase repetir análises que outros, e também nós, fizemos em determinadas alturas e eventos.

A história das políticas de desenvolvimento regional coincide com o que são as políticas públicas, ou seja, a intervenção do Estado desde o pós-guerra até aos nossos dias, a qual se poderá dividir em três fases.

O pós-guerra, período da reconstrução económica e da reconstrução do espaço europeu, dominado pelas políticas Keynesianas centralistas e de carácter redistributivo, cujos domínios de intervenção são a melhoria das infraestruturas, a concessão de subsídios e incentivos, a atracção de recursos exógenos e a qualificação dos recursos humanos.

Os anos 80 e 90 que se preocupam essencialmente com as questões da competitividade. O Estado deveria intervir para combater as externalidades negativas(ambientais, sociais), pois se entende que a competitividade não é apenas económica.

A 3ª fase tem como principal objectivo promover a inovação social. A questão económica não é mais exclusiva do desenvolvimento e outras componentes surgem como essenciais: a sustentabilidade ambiental, a equidade social, a capacidade cívica e a eficiência económica. A intervenção do Estado deve ir no sentido de reforçar a participação da sociedade civil. As políticas baseiam-se no desenvolvimento dos recursos do conhecimento e dos recursos relacionais, como a mobilização social e a cooperação.

II- TRÁS-OS-MONTES E DOURO NO CONTEXTO REGIONAL

1 – UM BREVE DIAGNÓSTICO

Trata-se de, neste ponto, de fazer um breve diagnóstico que permita encontrar as variáveis que caracterizam o sistema socioeconómico do território em estudo. Por uma

questão de organização, apresentamos essas variáveis por componentes de desenvolvimento:

i) População e Emprego

- TM(29 Hab/Km²) e Douro(58 Hab/Km²) têm baixas densidades populacionais, quando comparadas com as da RN(160 Hab/Km²). Esta baixa densidade resulta dum crescimento natural negativo da população e também do abandono das populações para os centros urbanos mais importantes do litoral. A região não atrai população nem tão pouco a mantém.
- Vimioso e Freixo de Espada-à-Cinta estão no limiar da desertificação(menos de 20 Hab/Km²).
- O êxodo incide sobre os mais jovens, intensificando-se o envelhecimento da população. Apenas cinco concelhos da Nut Douro têm valores abaixo de 100, ou seja mais jovens com idades inferiores a 14 anos do que idosos com mais de 65 anos. Na Nut de Trás-os-Montes nenhum concelho está nessa situação, pois todos os valores são superiores a 100. Vinhais e Freixo têm os valores mais elevados, 236 e 234 respectivamente.
- A taxa de actividade tem valores baixos, como resultado do envelhecimento.
- Em termos de emprego, grande peso dos Serviços em Bragança, Chaves, Mirandela, Vila Real, Régua y Lamego(más de 50%); grande peso da Actividade Agrícola em Boticas, Montalegre, Valpaços, Vinhais, Armamar, Carrazeda, Sabrosa y S.Joao de Pesqueira(más de 50%).
- Mais de 60% dos desempregados têm menos de 6 anos de escolaridade e têm idades entre os 25 e os 49 anos.

ii) Educação e Cultura

- O nível de instrução é baixo:
 - A taxa de analfabetismo de TM e Douro é muito elevada(20%), se comparada com a da RN .

- Cerca de 75% da população não tem mais que o ensino primário e os que têm estudos médio ou superior é apenas de 2%.
- A frequência de lugares de cultura é muito baixa.

iii) Integração Social e Condições de Vida

- Os problemas do envelhecimento e da dependência aumentam os problemas sociais:
 - Elevado número de homicídios e suicídios;
 - Grande peso dos pensionistas no total da população: mais de 30% em TM e mais de 25% no Douro. Na RN os valores estão abaixo dos 20%.

iv) Saúde

- Os problemas com a saúde agravam-se do litoral para o interior da RN:
 - A Mortalidade Infantil está próxima dos 15‰, enquanto que na RN não ultrapassa os 10‰.
 - Os recursos e infraestruturas (médicos, hospitais e camas hospitalares) não têm uma distribuição homogênea nem na RN (concentrados no Grande Porto), nem em TM e Douro (concentrados em Vila Real, Bragança, Chaves, Mirandela, Macedo, Lamego e Régua).

v) Estrutura Económica

- Uma estrutura económica própria de uma região subdesenvolvida:
 - Grande peso do sector primário;
 - Sector industrial com fraca implantação e predomínio da muito pequena empresa;
 - Grande peso dos serviços nas principais cidades.

vi) Sistema territorial

- Na RN mais de metade da população vive em núcleos com mais de 2000 habitantes, em TM e Douro três quartos da mesma vive em núcleos com menos de 2000 habitantes. Em TM, mais de um terço vive em núcleos com menos de 500 habitantes.
- Em TM apenas cerca de 3,5% dos núcleos populacionais têm mais de 2000 habitantes e no Douro o número é de 6,3%.
- Os principais centros urbanos situam-se nos principais eixos rodoviários: IP4 e IP3.

2 - Níveis de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Douro face às Nut's III da Região Norte e às Províncias de Castela e Leão(Ano:1996).

Trás-os-Montes e Douro estão inseridos na Região Norte de Portugal, emparedados entre o litoral e a Comunidade Autónoma de Castela e Leão. Os níveis de desenvolvimento de umas e outras(Províncias/Nut's III), é consideravelmente diferente:

QUADRO 1 – Indicador de Desenvolvimento(DP2) e aumentos percentuais sobre Trás-os-Montes

NUT's	DP2	Aumento (%)
Valladolid	13.08	395
Burgos	12.38	369
Grande Porto	12.34	367
Sória	11.46	334
Palência	11.46	334
Segóvia	11.19	324
Salamanca	10.97	315
León	10.09	282
Ávila	9.58	263
Cávado	8.98	240
Ave	8.49	221
Entre Douro e Vouga	8.46	220
Zamora	8.36	217
Minho/Lima	5.28	98
Tâmega	5.23	98
Douro	4.99	89
Trás-os-Montes	2.64	0

Tendo em conta os indicadores de desenvolvimento calculados, os valores de todas as Províncias de Castela, exceptuando León, Ávila e Zamora, e do grande Porto são mais de 4 vezes o valor de Trás-os-Montes .

Podem, assim, considerar-se 5 níveis de desenvolvimento na região:

Nível I - Valladolid, Burgos y Grande Porto.

Nível II - Sória, Palência, Segóvia y Salamanca.

Nível III - León, Ávila, Cávado, Ave, Entre Douro y Vouga y Zamora.

Nível IV - Minho/Lima, Tâmega y Douro.

Nível V - Trás-os-Montes

Relativamente à RN, o Quadro 2 mostra bem a situação de Trás-os-Montes. O indicador de Trás-os-Montes é menos de um quarto do valor do Grande Porto, menos de um terço dos valores de Cávado, Ave e Entre-Douro e Vouga e cerca de metade dos restantes(Minho, Tâmega e Douro).

QUADRO 2 – Indicador de Desenvolvimento(DP2) e aumentos percentuais sobre Trás-os-Montes para a RN.

NUT's	DP2	Aumento (%)
Grande Porto	12.349320	367
Cávado	8.987135	240
Ave	8.497745	221
Entre Douro e Vouga	8.460980	220
Minho/Lima	5.284274	98
Tâmega	5.234229	98
Douro	4.991221	89
Trás-os-Montes	2.641889	0

É assim possível agrupar as Nut's III da Região Norte de Portugal em quatro níveis de desenvolvimento:

Nível I - Grande Porto

Nível II - Cávado, Ave y Entre Douro y Vouga

Nível III - Minho/Lima, Tâmega y Douro

Nível IV - Trás-os-Montes.

3 - Distâncias Inter- Nut's III e Distâncias Inter- Províncias

Os quadros mostram as distâncias entre as várias Nut's e Províncias. Constatase facilmente que as disparidades de desenvolvimento são maiores na Região Norte de Portugal que nas Províncias de Castela e Leão. Esta constatação evidencia uma situação de desenvolvimento mais grave na RN que em CL, por duas razões principais:

- Menor nível de desenvolvimento;
- Maiores disparidades entre as Nut's.

No que respeita às Nut's III, a distância entre Trás-os-Montes e Grande Porto (menor e maior nível de desenvolvimento) é de 9,7.

QUADRO 3 - Distâncias inter-Nut's

Nut	Grande Porto	Cávado	Ave	Entre Douro e Vouga	Minho/Lima	Tâmega	Douro	Trás-os-Montes
Grande Porto	0							
Cávado	-3.36	0						
Ave	-3.85	-0.49	0					
Entre Douro e Vouga	-3.88	-0.52	-0.03	0				
Minho/Lima	-7.06	-3.7	-3.21	-3.18	0			
Tâmega	-7.11	-3.75	-3.26	-3.23	-0.05	0		
Douro	-7.35	-3.99	-3.5	-3.47	-0.29	-0.24	0	
Trás-os-Montes	-9.7	-6.34	-5.85	-5.82	-2.64	-2.59	-2.35	0

Entre as Províncias as distâncias são menores, uma vez que entre Valladolid (maior índice de desenvolvimento) e Zamora (menor) a distância é só de 4,72 e entre Valladolid e as Províncias de nível de desenvolvimento intermédio é inferior a 2,0.

QUADRO 4 - Distancias Inter-Províncias

Nut	Valladolid	Burgos	Sória	Palência	Segóvia	Salamanca	León	Ávila	Zamora
Valladolid	0								
Burgos	-0.7	0							
Sória	-1.62	-0.92	0						
Palência	-1.62	-0.92	-0.001	0					
Segóvia	-1.89	-1.19	-0.27	-0.27	0				
Salamanca	-2.11	-1.41	-0.49	-0.49	-0.22	0			
León	-2.99	-2.29	-1.37	-1.37	-1.1	-0.88	0		
Ávila	-3.5	-2.8	-1.88	-1.88	-1.61	-1.39	-0.51	0	
Zamora	-4.72	-4.02	-3.1	-3.1	-2.83	-2.61	-1.73	-1.22	0

III- TRÁS-OS-MONTES E DOURO: OS MUNICÍPIOS.

A caracterização foi feita tomando como base 73 variáveis, repartidas por 7 componentes de desenvolvimento, cujos valores se referem na sua maioria ao ano de 1999:

- ❖ População e Emprego
- ❖ Educação e Cultura
- ❖ Habitação
- ❖ Integração Social e Condições de Vida
- ❖ Saúde
- ❖ Componente Económica
- ❖ Sistema Territorial e Rede Urbana.

As variáveis seleccionadas permitem obter uma fotografia da região, evidenciando aspectos como:

- Distribuição espacial da população na região
- Dinâmicas demográficas
- Estrutura etária da população
- Dinâmicas migratórias
- Potencial de crescimento natural
- Condições de actividade da população
- Dependência dos activos na família
- Escolarização
- Dinâmica construtiva
- Condições de vida
- Níveis de conforto
- Tempo livre e lazer
- Criação de empresas e capacidade empreendedora
- Tradição industrial e capacidade inovadora
- Principais sectores produtivos
- Internacionalização da economia
- Qualificação da mão-de-obra
- Capacidade instaladora de serviços turísticos

- Rede urbana e estruturação do território
- Dotação de infra-estruturas e transportes

Há correlações fortes entre algumas destas 73 variáveis, quer dentro de cada componente, quer entre variáveis de diferentes componentes.

Começamos por identificar as correlações entre o índice de envelhecimento e a dependência global, o saldo migratório e o crescimento natural da população, bem como entre o baixo nível de instrução e quer o envelhecimento, quer a dependência global.

De assinalar também algumas correlações negativas: a densidade demográfica mais elevada está relacionada com um menor envelhecimento e uma menor dependência global. A um maior envelhecimento populacional corresponde uma menor taxa de saldo migratório, ou seja onde há mais jovens há mais saídas para além de haver um menor crescimento natural da população. Por outro lado, a saída dos jovens cria um maior nível de dependência e aumenta as percentagens de níveis de instrução mais baixos, estando este indicador relacionado com um baixo crescimento populacional.

Na componente saúde, há fortes correlações entre as variáveis que a compõem: número de médicos, especialistas e camas hospitalares, ou seja, há uma concentração de todos eles em algumas cidades mais importantes. Para além disso há fortes correlações destas variáveis com variáveis demográficas e económicas. Os concelhos com maior crescimento populacional são os que têm mais cuidados de saúde, quer médicos e especialistas, quer número de camas hospitalares, do mesmo modo que os concelhos com melhor situação económica (mais empresas, maior capacidade de alojamento e dormidas) são os que têm melhores cuidados de saúde.

Os concelhos com maior peso agrícola têm piores indicadores de saúde e menor dinâmica demográfica, enquanto que os concelhos com maior peso industrial são mais densamente povoados e têm uma maior dinâmica demográfica, há menor envelhecimento e o nível de instrução dos empregados é maior.

1- Cálculo do Índice de Desenvolvimento(DP2)

O cálculo do indicador sintético de distância(DP2), exige que o número de variáveis não possa ser superior ao número de observações, uma vez que o número de graus de liberdade da regressão deverá ser positivo e quanto maior o número de graus de liberdade maior a fiabilidade do modelo de regressão. Dado que o número de

observações é de 33(número de concelhos da RN de Portugal), seleccionamos 30 das 73 variáveis que tínhamos à partida. A selecção fez-se utilizando três critérios de exclusão:

- ❑ Grau de discriminação das variáveis;
- ❑ Correlação entre variáveis de uma mesma componente;
- ❑ Coeficiente de determinação.

Variáveis seleccionadas:

COMPONENTE 1- POPULAÇÃO E EMPREGO.

V1- Densidade demográfica, relacionada com a distribuição espacial da população na região.

V2- Excedente de vidas, responsável pelo potencial de crescimento natural da população e que está muito correlacionada com as variáveis 9 e 10, respectivamente natalidade e mortalidade.

V3- Taxa de saldo migratório, que tem a ver com os movimentos de atracção/repulsão.

V4- Taxa de variação da população, responsável pelas dinâmicas demográficas, pelas tendências regressivas, pela vitalidade da região. Está muito correlacionada com V12.

V5- Taxa de desemprego, mostra a situação do mercado de emprego na região

V6- Emprego no sector I, mostra-nos a importância do sector em termos de população que ocupa.

V7- Emprego no sector II, esta e a anterior correlacionadas com V17.

V8- Empregados com menos de 6 anos de escolaridade, relacionada com a qualificação do trabalho.

V9- Taxa de actividade, relacionada com as condições de actividade da população.

COMPONENTE 2 – EDUCAÇÃO

V10- Cobertura do ensino pré-escolar

V11- Pessoas sem qualquer diploma, relacionada com o nível de instrução da população.

COMPONENTE 3 – HABITAÇÃO

V12- Licenças de construção para habitação, dá-nos uma ideia sobre a dinâmica construtiva da região.

COMPONENTE 4 – INTEGRAÇÃO SOCIAL E CONDIÇÕES DE VIDA

V13- Dependência global, mostra-nos a dependência de jovens e idosos para os activos de uma família.

V14- Índice de Envelhecimento, que tem a ver com a estrutura etária da população.

V15- Índice de Motorização, Indicador que é condicionador do tempo livre e do lazer.

V16- Habitações com telefone, indicador que como os seguintes nos mostra os níveis de conforto das populações.

V17- Habitações com electricidade

V18- Habitações com água

V19- Habitações com saneamento

COMPONENTE 5 – SAÚDE

V20- Médicos, dão-nos a quantidade de recursos humanos médicos nos concelhos.

V21- Especialistas, como a anterior, mas a um nível mais especializado.

V22- Mortalidade Infantil, retrata as condições de saúde ao nível dos recém- nascidos e crianças com menos de 1 ano de idade.

V23- Camas Hospitalares, mostra a capacidade em termos de recursos materiais na área da saúde.

COMPONENTE 6 – ACTIVIDADE ECONÓMICA

V24- Empresas sediadas, dá-nos a importância empresarial em termos quantitativos, ou seja, a capacidade empreendedora dos concelhos.

V25- Empresas sediadas do sector II, mostra o peso do sector secundário em termos de número de empresas e portanto a capacidade industrial dos concelhos.

V26- Capacidade de Alojamento, mostra a capacidade instaladora de serviços turísticos.

V27- Dormidas, dá-nos a utilização dessa capacidade pelos turistas que visitam os concelhos.

V28- Consumo industrial de energia, é um indicador que permite avaliar também o potencial industrial dos concelhos.

COMPONENTE 7 – SISTEMA TERRITORIAL E REDE URBANA

V29- Área Urbana, mostra, com o seguinte, a estruturação do território em termos de rede urbana e rural.

V30- População que vive em núcleos com <2000 habitantes.

O cálculo do indicador sintético de distância – DP2 fez-se com base nestas 30 variáveis, utilizando o programa informático Feliz 3 de Félix Zarzoza, sendo os resultados os que constam do Quadro 5:

QUADRO 5 - Indicador de Desenvolvimento(DP2) e aumentos percentuais sobre Vimioso.(Ano:1999)

CONCELHOS	Índice de Desenvolvimento(DP2)	Aumentos Percentuais sobre Vimioso
Vila Real	26,46	276,6
Bragança	21,19	201,6
Chaves	21,15	201,1
Lamego	20,13	186,7
Peso da Régua	19,63	179,5
Mirandela	17,72	152,3
Tarouca	16,06	128,6
Macedo de Cavaleiros	14,39	104,9
Sernancelhe	14,10	100,7
Alijó	13,75	95,7
Vila Pouca de Aguiar	13,39	90,6
Mesão Frio	13,10	86,5
Moimenta da Beira	13,07	86,1
Murça	12,84	82,8
São João da Pesqueira	12,82	82,5
Vila Flor	12,43	77,0
Alfândega da Fé	12,30	75,1
Miranda do Douro	12,19	73,6
Vila Nova de Foz Côa	12,00	70,9
Armamar	11,90	69,4
Santa Marta de Penaguião	11,71	66,7
Sabrosa	11,68	66,3
Tabuaço	11,35	61,6
Penedono	10,98	56,4
Valpaços	10,56	50,3
Mogadouro	10,12	44,1
Freixo de Espada à Cinta	9,80	39,6
Torre de Moncorvo	9,55	36,0
Montalegre	8,92	27,0
Vinhais	8,43	20,1
Carrazeda de Ansiães	7,57	7,7
Boticas	7,21	2,6
Vimioso	7,02	0,0

Do quadro 5 retiramos algumas conclusões:

- Vila Real destaca-se dos restantes municípios, com um valor quase 4 vezes o de Vimioso e pelo menos o dobro de todos os municípios, à excepção dos 10 que o perseguem;
- Surge depois um grupo de 4 municípios(Bragança, Chaves, Lamego e Régua) que se destacam dos restantes mas também de Vila Real;
- Num terceiro nível surgem Mirandela e Tarouca, esta com alguma surpresa nossa, espreitando este nível outros concelhos, principalmente Macedo de Cavaleiros e Sernancelhe;
- Surge depois um grande grupo, que embora com diferentes níveis de desenvolvimento, se aproximam, e que vai desde Alijó até Valpaços;
- Por último, um grupo de oito municípios que termina com Carrazeda de Ansiães, Boticas e Vimioso.

Uma análise por componente de desenvolvimento permite-nos verificar que embora haja concelhos cujo nível de desenvolvimento em algumas componentes está bastante acima do seu nível global, tal não acontece na maioria dos concelhos.

Há seis concelhos que se encontram nos 10 primeiros lugares em praticamente todas as componentes: Vila Real, Chaves, Lamego, Bragança, Régua e Macedo de Cavaleiros.

Também nos últimos 10 lugares de cada componente estão quase sempre Boticas, Vimioso, Carrazeda de Ansiães, Sabrosa, Freixo de Espada-à-Cinta e Valpaços.

- Na componente População e Emprego, que tem a ver com a distribuição espacial da população, com as dinâmicas demográficas e com o potencial de crescimento natural, por um lado, e com a repartição do emprego por sectores, por níveis de instrução e idade e as condições de actividade da população, por outro, Vila Real apresenta o melhor índice de desenvolvimento parcial. De salientar, nesta componente, a posição cimeira de Tarouca, à frente de Régua, Bragança e Chaves. Na cauda, estão sete concelhos do distrito de Bragança: Miranda, Alfândega, Moncorvo, Carrazeda, Freixo, Vinhais e Vimioso.
- Na componente Educação e Cultura avaliou-se o nível de instrução da população, os rácios alunos/professor, a utilização de serviços de cultura. Há resultados surpreendentes, como sejam os lugares cimeiros de Tarouca,

Foz Côa, S. João da Pesqueira, Alijó, Armamar e Sabrosa. Nos últimos lugares encontramos novamente Carrazeda, Freixo, Valpaços, Vinhais, Montalegre, Boticas e Vimioso.

- Na componente Integração Social e Condições de Vida pretende-se analisar os vários níveis de dependência face aos activos, as condições de vida, os níveis de conforto, o envelhecimento populacional e as condições ao nível da habitação. Aqui são os concelhos cujas sedes são cidades importantes que estão nos primeiros lugares quanto ao desenvolvimento: Vila Real, Bragança, Chaves, Mirandela, Lamego, Régua e Macedo. Os níveis mais baixos continuam a pertencer a Valpaços, Boticas, Vimioso e Vinhais.
- Na Componente Saúde a situação não é muito diferente, verificando-se, contudo, algumas situações interessantes, como são as boas *performances* de Alfândega, Freixo e Vinhais.
- Na componente Económica pretende-se avaliar a capacidade empreendedora, o potencial industrial, os sectores produtivos, a capacidade instaladora de serviços turísticos. Na frente temos os mesmos concelhos, verificando-se a inclusão de Miranda e Murça, nos lugares da cauda, não encontramos, como em outras componentes, Vinhais, Vimioso, Valpaços, Montalegre e Moncorvo, mas sim Alfândega, Freixo, Vila Flor, Tabuaço e Sabrosa.

2 – De 1991 até hoje, que evolução ? Análise comparativa.

O quadro 6 apresenta os índices de desenvolvimento para os concelhos de TM e Douro para o ano de 1991.

Os valores do quadro não mostram grandes diferenças em termos de desenvolvimento relativo entre os concelhos.

QUADRO 6- Indicador de Desenvolvimento(DP2) e aumentos percentuais sobre Carrazeda de Ansiães (1991).

CONCELHOS	Índice de Desenvolvimento	Aumento Percentual
Vila Real	25,8	327,5
Chaves	21,4	253,5
Peso da Régua	20,3	235,1
Bragança	19,9	229,0
Lamego	18,7	209,3
Mirandela	17,9	195,9
Tarouca	14,7	142,5
Alijó	13,9	130,7
Sernancelhe	13,6	125,4
Vila Flor	13,3	120,4
Vila Pouca de Aguiar	13,3	120,1
Moimenta da Beira	13,3	119,4
Macedo de Cavaleiros	13,0	115,4
Sabrosa	12,1	100,8
Mesão Frio	11,8	95,5
Tabuaço	11,7	94,4
São João da Pesqueira	11,4	88,3
Valpaços	11,1	84,0
Miranda do Douro	11,1	83,5
Murça	10,7	76,6
Santa Marta de Penaguião	10,5	73,0
Armamar	10,4	71,5
Vila Nova de Foz Côa	10,2	68,2
Alfândega da Fé	10,1	66,9
Penedono	9,5	56,7
Freixo de Espada à Cinta	8,9	46,9
Mogadouro	8,8	45,5
Montalegre	8,4	39,1
Torre de Moncorvo	8,3	36,7
Boticas	8,2	34,9
Vimioso	6,1	0,6
Vinhais	6,1	0,5
Carrazeda de Ansiães	6,0	0,0

Era possível identificar, já nessa altura, cinco níveis de desenvolvimento, mantendo-se Vila Real no primeiro nível; estavam num segundo nível os mesmos concelhos de agora(Chaves, Régua, Bragança e Lamego, com Mirandela próximo); no terceiro nível estavam os concelhos de Tarouca, Alijó, Sernancelhe, Vila Flor, Vila Pouca, Moimenta e Macedo, que hoje estão num quarto nível; no quarto nível estavam, em 1991,os concelhos que hoje se mantêm nesse nível, melhorando Vinhais que trocou

com Boticas; no quinto nível estavam, como hoje, Vimioso e Carrazeda e também Vinhais.

É de referir uma diminuição, embora pequena, das distâncias entre os concelhos mais e menos desenvolvidos.

Por outro lado, os dez concelhos mais desenvolvidos em 1991 continuam a sê-lo hoje, à excepção de Vila Flor que era o 10º em 1991 e foi substituído no top 10 por Macedo(8º) . A ordem sofreu algumas alterações, sendo que as principais são a subida de Bragança de 4º para 2º lugar e a descida da Régua de 3º para 5º lugar.

Quanto aos dez menos desenvolvidos a situação é a mesma: apenas a troca de Alfândega que era o 10º concelho menos desenvolvido, sendo substituído por Valpaços que é hoje o 9º menos desenvolvido. Na cauda Carrazeda é substituída por Vimioso, descendo Boticas para o penúltimo lugar.

QUADRO 7 – Alterações nas posições relativas dos concelhos de 1991 para 1999.

NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO (1991)	ORDEM	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO (1999)
Vila Real	1	Vila Real
Chaves	2	Bragança
Peso da Régua	3	Chaves
Bragança	4	Lamego
Lamego	5	Peso da Régua
Mirandela	6	Mirandela
Tarouca	7	Tarouca
Alijó	8	Mac. Cavaleiros
Sernancelhe	9	Sernancelhe
Vila Flor	10	Alijó
Vila Pouca de Aguiar	11	V.Pouca Aguiar
Moimenta da Beira	12	Mesão Frio
Macedo Cavaleiros	13	Moimenta da Beira
Sabrosa	14	Murça
Mesão Frio	15	S.João da Pesqueira
Tabuaço	16	Vila Flor
S.João da Pesqueira	17	Alfândega da Fé
Valpaços	18	Miranda do Douro
Miranda do Douro	19	V.N.de Foz Côa
Murça	20	Armamar
S.Marta Penaguião	21	S.Marta Penaguião
Armamar	22	Sabrosa
V.N.de Foz Côa	23	Tabuaço
Alfândega da Fé	24	Penedono
Penedono	25	Valpaços
Freixo Esp. À Cinta	26	Mogadouro
Mogadouro	27	Freixo Esp. À Cinta
Montalegre	28	Torre de Moncorvo
Torre de Moncorvo	29	Montalegre
Boticas	30	Vinhais
Vimioso	31	Carrazeda Ansiães
Vinhais	32	Boticas
Carrazeda Ansiães	33	Vimioso

IV - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo revela grandes disparidades de desenvolvimento, tanto entre as Nut's III e Províncias, como entre os concelhos de Trás-os-Montes e Douro. As disparidades são maiores entre as Nut's da RN que entre as Províncias de CL. Por outro lado, Trás-os-Montes e Douro estão mais distantes, em termos de desenvolvimento, das Nut's III da RN, do que os seus concelhos menos desenvolvidos estão dos mais desenvolvidos.

Os resultados apresentados mostram uma situação preocupante e indiciam que a melhoria do posicionamento de TM e Douro só será possível através de intervenções solidárias e efectivas na região.

A situação de atraso da região de Trás-os-Montes e Douro é também responsável pela sua menor degradação ambiental, já que a sua quase desertificação industrial foi uma barreira à implantação de indústrias agressoras do ambiente. É assim possível adoptar um modelo de desenvolvimento que assente na criação de empresas industriais que convivam com o ambiente.

O elemento humano é um dos factores essenciais ao processo de desenvolvimento de qualquer região. Os problemas demográficos em TM e Douro estão a condicionar fortemente o seu desenvolvimento:

- baixa densidade e desajustamentos sociais;
- dinâmica demográfica negativa;
- envelhecimento;
- baixo nível de qualificação
- reduzida taxa de actividade.

Que medidas se deverão tomar para resolver tais problemas?

Em primeiro lugar é necessário implementar medidas que permitam romper com a tendência de regressão demográfica, através de um acesso efectivo ao mercado de trabalho, subsídios aos serviços e à habitação, incentivos fiscais, etc. A aposta na manutenção da população actual é o primeiro objectivo a atingir.

O diagnóstico mostra-nos também o baixo nível de instrução da população. O mercado de trabalho caracteriza-se por uma carência de mão- de- obra qualificada. É, pois, necessário apostar na educação e na formação, dois vértices de qualquer estratégia

de desenvolvimento, juntamente com a aposta na ciência e na inovação, na cultura, no desenvolvimento social e na saúde.

O Plano Nacional de Emprego aponta quatro grandes objectivos para a política nacional de emprego e formação:

1. Promover uma transição adequada dos jovens para a vida activa;
2. Promover a inserção sócio-profissional e combater o desemprego de longa duração;
3. Melhorar a qualificação profissional da população activa, numa perspectiva de formação contínua.
4. Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local e da economia social.

A estratégia deverá apontar para medidas que tornem mais flexível a estrutura de formação, adaptando-a à região, que incentive as empresas à sua própria formação, que incentive a criação do próprio emprego e que aposte no emprego de base social(serviços ao domicílio para idosos, serviços de apoio a jovens, serviços de apoio a classes populacionais em risco, serviços de animação social, etc.).

A articulação territorial é outro passo importante a dar. Os numerosos pequenos núcleos rurais e as sedes de concelho perdem competitividade a cada dia que passa. A sua dimensão não permite que tenham as condições necessárias para oferecer os serviços e funções essenciais às populações. Por isso se deverão reforçar as cidades de média dimensão, consolidando as suas funções, e os pequenos centros urbanos, sedes de concelho, que deverão prestar um serviço importante de apoio ao espaço rural.

O reforço da articulação territorial passa pela melhoria das acessibilidades intra e interregionais. É necessário terminar a construção dos IP's e dos IC's que servem a região.

Outros factores críticos quando se fala em desenvolvimento são as infraestruturas e os equipamentos. A intervenção nesta área é em primeiro lugar da responsabilidade do Estado e das autarquias. Quando as acessibilidades são difíceis e os equipamentos escassos, a consequência é uma maior dificuldade para atrair investimentos para a região.

Relativamente à sua base económica , a relevância da actividade agrícola é evidente. Contudo, ela poderá manter-se sem fortes repercussões económicas para a região, ou, pelo contrário, assumir uma importância económica central. A actividade

industrial deverá desenvolver-se através da transformação dos produtos agrícolas de qualidade, com respeito pelo ambiente.

Relativamente aos serviços, é necessário dar a devida atenção aos novos serviços:

- prevenção da floresta;
- gestão dos recursos hídricos;
- energias renováveis;
- turismo de natureza;
- serviços da área social;
- serviços ligados ao ócio;
- animadores sociais;
- produtos de origem e qualidade.

Terminamos, sugerindo alguns passos que deverão ser dados para se delinear um plano estratégico para a região. A criação de um grupo de trabalho alargado, o mais diversificado possível, que identifique as variáveis que têm um papel determinante no comportamento socioeconómico de Trás-os-Montes e Douro, passando a uma reflexão profunda sobre as relações que se estabelecem entre essas variáveis(relações de influência/dependência) de modo a construir uma matriz que permita encontrar as variáveis estruturais para a região. É sobre estas variáveis que se deverá actuar preferencialmente, envolvendo as relações que com elas têm os actores de dentro e de fora da região e identificando os objectivos estratégicos para Trás-os-Montes e Douro.

BIBLIOGRAFIA

- APDR : *Actas do IV Encontro Nacional da APDR*. APDR, Coimbra,1998.
- APDR : *Actas do VII Encontro Nacional da APDR*. APDR, Coimbra,2001.
- Barquero, Antonio V.: *Política Económica Local*. Pirâmide, Madrid, 1993.
- Boisier, Sergio: *Modernidad y Territorio*. ILPES N° 42, Santiago de Chile, 1996.
- Espina, Pilar Z.: *Medición del Bienestar Social en Castilla y León (Disparidades Interprovinciales e Interregionales)*.Consejería de Economía y Hacienda de la Junta de Castilla y León, Valladolid,1995.
- Espina, Pilar Z. : *Aproximación a la Medición del Bienestar Social*. Universidad de Valladolid, Valladolid,1996
- Godet, Michel: *Manual de Prospectiva Estratégica- da Antecipação à Acção*. Pub. Dom Quixote, Lisboa,1993.
- INE: *Anuário Estatístico -Região Norte/Castilla y León*. INE/CCRN/JCL, Porto/Valladolid, 1998.
- INE: *Medida del Bienestar Social. Progressos Realizados en la Elaboracion de los Indicadores Sociales*. Espana, 1981.
- INE: *Recenseamento Geral da População* .Lisboa, 1991.
- Lopes, A. Simões: *Desenvolvimento Regional-Problemativa, Teoria, Modelos*. F. Calouste Gulbenkian, Lisboa,1979
- Lopes, A. Simões: *Desenvolvimento Regional*. F. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995.
- Perestrelo, Margarida e Caldas, José: *Estratégia de Actores: Prospectiva e Avaliação*. Revista Sociologia N° 22, Évora,1996.
- Simões, José et: *A Região Fronteira de Tras-os-Montes-Diagnóstico e Estrategia de Desenvolvimento*. F. Rei Afonso Henriques, Zamora,1996.

Julho de 2002

